
O PDCT – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alentejo Central

O Alentejo 2020, O Portugal 2020 e

O Desenvolvimento Regional Adiado

A CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, à semelhança das outras 21 CIM e das duas Áreas Metropolitanas iniciou em 2013, de acordo com as orientações em vigor, o processo de preparação dos investimentos municipais e intermunicipais a efetuar com o apoio do Portugal 2020.

Elaborou-se um diagnóstico das necessidades de investimento e uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial com ampla participação institucional, desenhou-se um modelo de governação complexo e abrangente, um sistema de informação e monitorização, depois preparou-se um Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, objeto de avaliação pela CCDRA (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e pela AdC (Agência para o Desenvolvimento e Coesão) que foi finalmente assinado em 31 de Julho 2015. Em Novembro de 2015, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional (PO) do Alentejo assinou a adenda com a delegação de competências na CIMAC. O PO SEUR (Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) comunicou em Março deste ano que não haveria delegação de competências. E o PO ISE (Inclusão Social e Emprego) não deu ainda qualquer resposta.

Passados 10 meses sobre a assinatura do Pacto e quase 30 sobre o início do Portugal 2020, a situação é a seguinte:

Na **modernização dos serviços**: sendo diminuta a verba prevista (5 milhões de euros para 58 municípios e 5 anos) não saiu ainda nenhum aviso, estando previsto para breve.

Na **Eficiência energética**, alegados atrasos transposição de uma diretiva comunitária, impedem os investimentos. O “Instrumento Financeiro” para a mesma área, continua sem estar operacional não se conhecendo as condições do apoio que virá a prestar.

Para o **Combate às alterações climáticas**, prevê-se que abra o primeiro aviso “brevemente”.

No domínio do **Património e da Cultura** abriram já dois avisos.

No **apoio à criação e consolidação de Micro e PME (criação de emprego)**, depois de um trabalho de preparação do primeiro aviso ao longo de semanas, entre as CIM e a AG (Autoridade de Gestão) do Alentejo 2020 o Governo resolveu “*suspender tudo para ponderação*”.

A **promoção da igualdade entre os cidadãos, coesão social e inclusão**, são as áreas do PO ISE sobre as quais não existe qualquer resposta até esta data

Nos equipamentos sociais, a Comissão Europeia exigiu “mapeamento prévio” das necessidades de investimento, o anterior governo, decidiu não o fazer e o atual não dá nenhuma informação. A CIMAC oficiou o sr. Ministro do Trabalho e da Segurança Social (que tutela a área) assim como o sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas (responsável pelo Portugal 2020), sem que tenha obtido qualquer resposta.

Quanto à **redução do abandono escolar** (agora **promoção do sucesso Escolar**), o Governo aprovou uma estratégia nacional da qual informou as CIM no passado dia 27 de Abril. A estratégia passa por “planos de ação para promoção do sucesso escolar” elaborados pelas escolas. Inicia-se agora o trabalho de elaboração desses planos.

Para os **equipamentos educativos** já houve aviso e candidaturas. A primeira (na área da CIMAC) já foi aprovada.

Na **reabilitação urbana**, os municípios elaboram Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU – os “grandes” municípios) e Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU – os municípios mais “pequenos”). As CIM elaboraram Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável. Os municípios aguardam há meses pelas decisões de aprovação de tais planos. Os municípios incluíram naqueles planos, investimentos privados a financiar pelo Instrumento Financeiro de Reabilitação Urbana – ninguém parece saber quando estará tal instrumento operacional nem em que condições irá financiar os investimentos. Convém lembrar que esta é a área que mais impacto pode ter nas economias locais e no emprego.

Quase dois anos e meio após o início do Portugal 2020, os atrasos são enormes. Os resultados pelos quais o Portugal 2020, os Programas Operacionais, os Pactos, e os seus responsáveis serão avaliados no final de 2018 não deixarão de ser penalizadores.

O Conselho Intermunicipal da CIMAC, reunido em 17 de Maio de 2016 alerta o Governo e os responsáveis pelo Portugal 2020 para a necessidade de alterar urgentemente esta situação. Sob pena de o resultado final para o Alentejo Central, o Alentejo e o País ser, mais uma vez, o adiamento do futuro que todos desejamos.

Évora, 17 de Maio de 2015.

O Conselho Intermunicipal da CIMAC.